

PODER

Gilmar reforça apoio a Moraes

Decano do STF diz que Corte respalda a decisão do ministro sobre a prisão domiciliar de Bolsonaro, e elogia atuação do magistrado

» MAIARA MARINHO

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que a Corte apoia a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que determinou a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro. A declaração contradiz conversas de bastidores que sugerem um isolamento de Moraes. “Não há nenhum desconforto. O ministro Alexandre tem toda nossa confiança e apoio”, enfatizou o decano da Corte.

Gilmar ressaltou o orgulho de ser colega de Moraes e destacou o serviço prestado pelo ministro nos ataques à democracia. “O Brasil teria se tornado um pântano institucional não fosse a ação de Moraes. Nós devemos muito, o Brasil deve muito à atuação dele durante todo esse período, da covid, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral); depois, com todas essas questões, fake news. Um trabalho desafiador”, frisou.

O decano disse ser preciso ressaltar que o país passou 40 anos em uma sucessão política normal. “Perde-se, ganha-se eleição, vai-se para casa, disputa-se outra eleição. Agora, planeja-se a morte do Lula, do vice-presidente Alckmin e de Alexandre de Moraes. Isso acaba de ser reconhecido, confessado pelo **general Fernandes**”, afirmou.

“Estamos falando de coisas extremamente sérias, não estamos falando de um passeio no parque. Isso é extremamente grave. Então, é preciso que seja reconhecido e ressaltado.”

A decisão de Moraes, sob justificativa de que Bolsonaro desrespeitou medidas cautelares impostas pelo STF, dividiu opiniões no mundo jurídico. Especialistas veem regularidade na determinação, outros acreditam que foi extrema e não seguiu o rito do Judiciário.

As principais críticas à ordem de Moraes giram em torno da ausência de consulta à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Polícia Federal (PF) antes da decretação da prisão domiciliar. Um parecer desses órgãos é um procedimento considerado padrão. Especialistas ouvidos pelo **Correio** divergem sobre o tema. Para o advogado constitucionalista Ilmar Muniz, a decisão de Moraes é um desdobramento de uma determinação anterior que já

Felipe Sampaio / STF



O Brasil teria se tornado um pântano institucional não fosse a ação de Moraes. Nós devemos muito, o Brasil deve muito à atuação dele durante todo esse período”

Gilmar Mendes, decano do STF

Punhal Verde e Amarelo

Em depoimento ao STF no último dia 24, o general da reserva Mário Fernandes confirmou a autoria do plano Punhal Verde e Amarelo, que previa o assassinato de autoridades, mas disse que ele “não foi compartilhado com ninguém”. Segundo a denúncia da PGR no inquérito do golpe, o plano previa o sequestro ou a execução do ministro Alexandre de Moraes, do presidente Lula e do vice Geraldo Alckmin.

havia sido referendada pela Primeira Turma do STF. “Como essas medidas incluíam a possibilidade de prisão em caso de descumprimento, não houve necessidade de novo julgamento colegiado. Trata-se de um desdobramento da decisão anterior, dentro da competência do relator”, frisou.

No entanto, para a especialista em direito penal Hanna Gomes, a falta de consulta à PGR configuraria-se uma irregularidade. “Em regra, as cautelares são requeridas por representação da acusação ou da PGR/PF para, então, o juiz avaliar”, disse a advogada.

“Bombardeio”

Na terça-feira, Gilmar assumiu a presidência da Segunda Turma do STF. Em seu discurso, criticou os ataques que a instituição sofre. Para o ministro, a “sociedade bombardeada por um fluxo de informação e desinformação vertiginosos

tem se afundado na polarização e nas tensões políticas e engendrado um sistemático questionamento, se não mesmo um ataque frontal à democracia”.

Também numa crítica à desinformação, Gilmar ressaltou que “a verdade padece ante a avalanche de fake news e espúrias narrativas fabricadas”. Para o magistrado, o STF tem o desafio de mostrar a real atuação da Corte: “Uma atuação rigorosamente comprometida com a Constituição, com a segurança jurídica, com o Estado Democrático de Direito e com os direitos fundamentais de todos os brasileiros”.

O pronunciamento do ministro se deu na primeira sessão da turma após o retorno do recesso. Durante a pausa, Moraes foi sancionado pelo governo dos EUA, via Lei Magnitsky, em retaliação ao processo que a Corte conduz investigando Bolsonaro na tentativa de golpe de Estado. **(Com Agência Estado)**

Preso, Zambelli publica carta

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) se pronunciou, ontem, por meio de carta escrita à mão direcionada “aos brasileiros”. No documento, a parlamentar, que está presa na Itália e aguarda extradição, escreve que “nenhum ditador nos colocará de joelhos”, em referência ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Quero me pronunciar que estou sendo ‘forte e corajosa’, mantendo a fé e a cabeça erguida, uma consciência tranquila de alguém inocente. Tenham força, fé e coragem. O Brasil é um país abençoado e nenhum ditador nos colocará de joelhos”, escreveu.

De acordo com a defesa, a carta não poderia ser publicada e foi postada pelo filho da deputada, João Zambelli, em um possível “momento de emoção”. “Uma decisão do STF proíbe, igual (ocorreu com) Bolsonaro, que ela (Zambelli) se manifeste por terceiros ou por meio de imprensa. Essa publicação (a carta), o Instagram removeu”, afirmou o advogado Fábio Pagnozzi, que representa a parlamentar.

Em decisão anterior, o STF também determinou a remoção dos perfis de Carla Zambelli, do seu filho e de sua mãe, Rita Zambelli. Os familiares e a própria deputada, no entanto, criaram outras contas e continuam a usar as redes sociais.

Zambelli foi presa em Roma no dia 29 de julho. A deputada passou dois meses foragida na Itália, país para o qual se direcionou com o intuito de evitar a prisão.

A parlamentar foi condenada a 10 anos de detenção por ter coordenado um ataque hacker contra o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ocasião, um mandado falso de prisão contra Moraes foi inserido no sistema do órgão.

Extradição

Após a prisão, Zambelli prestou depoimento na Itália e optou pelo processo de extradição, que deve levar meses ou até um ano, em vez de retornar por conta própria ao Brasil. A Justiça italiana determinou que ela deve continuar presa até os trâmites serem concluídos.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, o processo de cassação do mandato de Zambelli prossegue. O deputado federal Paulo Azi (União-BR) definiu que será realizada oitiva da deputada, por videoconferência, e de testemunhas convidadas.

O plenário da Câmara pode decidir pela cassação. Também há a possibilidade de Zambelli perder o mandato por exceder o limite de faltas não justificadas.

» Braga Netto seguirá detido

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, negou, ontem, o pedido de revogação da prisão cautelar apresentado pela defesa do general Walter Braga Netto. O ex-ministro da Casa Civil e da Defesa do governo Bolsonaro está preso desde 14 de dezembro, na Vila Militar do Rio, sob suspeita de tentar obstruir o julgamento da trama golpista. Os advogados do general pediam que Braga Netto fosse submetido às mesmas medidas cautelares que Jair Bolsonaro (PL). Para o ministro, ao contrário do ex-presidente, é necessário manter a custódia do general “em face do perigo gerado pelo estado de liberdade do custodiado e dos fortes indícios da gravidade concreta dos delitos imputados”. No pedido, os advogados do ex-ministro alegaram que a prisão cautelar não foi fundamentada com “fatos concretos e atuais”.

Defesa recorre da prisão e nega desobediência

» LUANA PATRIOLINO
» MAIARA MARINHO

Reprodução/Rede sociais



Bolsonaro está em prisão domiciliar por desrespeitar medidas cautelares impostas pelo STF

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro recorreu, ontem, da decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a prisão domiciliar e outras medidas cautelares contra o ex-chefe do Planalto. Segundo os advogados, não houve descumprimento de ordens anteriores da Corte e, por isso, não são necessárias as restrições.

No recurso, a defesa pede que Moraes reconsidere a medida em juízo de retratação. Caso isso não ocorra, eles solicitam que o caso seja submetido com urgência à apreciação do plenário físico do STF, como prevê o regimento interno do tribunal.

Na segunda-feira, Moraes decretou a prisão domiciliar de Bolsonaro por descumprimento de medidas cautelares impostas pela Corte. Segundo o magistrado, houve a publicação nas redes sociais de falas de Bolsonaro durante as manifestações realizadas um dia antes. O conteúdo foi postado por apoiadores e filhos do ex-presidente, como o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro — que está nos Estados Unidos.

Para Moraes, as divulgações demonstraram que houve a continuidade da tentativa de coagir o Supremo e obstruir a Justiça. A defesa contesta: “Não há de se falar em descumprimento das medidas cautelares impostas. Não há qualquer espaço para analisar esta frase como uma afirmação criminosa, afinal se nem saudar o público ele pode, então está proibido de se manifestar, o que se traduz em

censura, da mesma forma que a prisão se traduz numa preocupante antecipação de pena, mesmo antes da apresentação da defesa final”, dizem os defensores.

Em decisão ontem, Moraes liberou as visitas de filhos, noras e netos a Bolsonaro sem a necessidade de uma autorização prévia. Antes, apenas os advogados tinham permissão.

Tanto os familiares quanto os advogados estão proibidos de usar celular, tirar fotos ou fazer

Postura contestada

Após Moraes decretar a prisão domiciliar de Bolsonaro, Tarcísio postou um vídeo nas redes sociais para criticar a decisão. Ele classificou a detenção como “absurda” e disse que o ex-presidente “foi julgado e condenado muito antes de tudo isso começar”. Uma ala do bolsonarismo avalia que Tarcísio é mais comedido nas críticas do que outros governadores da direita porque precisa se equilibrar entre fazer gestos a Bolsonaro e seus apoiadores sem derrubar pontes com o STF. A postura de Tarcísio, porém, é criticada pelos aliados mais radicais de Bolsonaro.

gravações durante as visitas. Bolsonaro continua impedido de utilizar redes sociais e aparelho celular, seja diretamente ou por meio de terceiros. A medida de Moraes mantém a proibição de que o ex-presidente se comunique com Eduardo Bolsonaro. O parlamentar também é investigado pelo Supremo por supostamente interferir na ação penal que apura a tentativa de golpe de Estado, na qual o ex-presidente é réu.

Tarcísio

Também nesta quarta-feira, Moraes questionou se Bolsonaro quer receber a visita do governador de São Paulo, **Tarcísio de Freitas** (Republicanos), e de outros cinco aliados.

Tarcísio afirmou que quer visitar Bolsonaro hoje por “razões político-institucionais e humanitárias”. Ao justificar o pedido, ressaltou que é “correligionário e amigo” do ex-presidente.

Moraes intimou a defesa para saber se Bolsonaro tem interesse nas visitas solicitadas à Justiça. Os advogados também devem responder se o ex-presidente quer receber outras cinco pessoas: a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), os deputados federais Junio Amaral (PL-MG), Zucco (PL-RS) e Marcelo Moraes (PL-RS) e o empresário Renato de Araújo Corrêa.

Outros parlamentares também pediram para ver Bolsonaro. São eles: os deputados Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), Capitão Alden (PL-BA), Joaquim Passarinho (PL-PA), Domingos Sávio (PL-MG), Eros Biondini (PL-MG) e o senador Magno Malta (PL-ES).